

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO – CECH
DEPARTAMENTO DE LETRAS ESTRANGEIRAS – DLES**

lasmin Brito da Silva

**O Riso como Resistência: ‘A Menor Mulher do Mundo’ como
analogia do espaço da mulher na academia.**

**São Cristóvão/SE
2024**

lasmin Brito da Silva

O Riso como Resistência: ‘A Menor Mulher do Mundo’ como analogia do espaço da mulher na academia.

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Sergipe – UFS, Campus Prof. José Aloísio de Campos , como produto final para a conclusão da graduação em Letras – Português e Inglês (Licenciatura Plena).

Orientador: Prof. Dr. Thayse Madella

**São Cristóvão/SE
2024**

RESUMO

O presente trabalho objetiva, por meio de uma perspectiva decolonial, analisar a relação estabelecida entre Pequena Flor e Marcel Petre, personagens do conto “A Menor Mulher do Mundo”, de Clarice Lispector. Análogo a isso, busca-se investigar a presença da mulher no contexto acadêmico, identificar as marcas do discurso de colonialidade presentes na estrutura de produção de conhecimento e perceber os locais de resistência encontrados para a retomada da posição de sujeito. Para tal, será utilizado o conceito de lócus fraturado, construído por Lugones (2010), e os diálogos da mesma com os conceitos de diferença colonial em Mignolo (2008) e com os tipos de colonialidade apresentados em Quijano (2005). Também busca suporte nas metodologias feministas decoloniais discutidas por Curiel (2014) e na dualidade sujeito/objeto apresentada por Mohanty (1988). Dessa forma, a análise bibliográfica tem como finalidade identificar, tanto na narrativa do conto quanto na estrutura acadêmica, a influência de fatores como colonialidade, privilégio epistêmico, alteridade e agência na manutenção do espaço ocupado pela mulher nos referidos contextos. Além disso, intenciona-se questionar a posição em que é inserida a mulher subalternizada, em específico na produção de conhecimento: se como sujeito ativo dessa construção ou como objeto acerca do qual se pesquisa e sobre o qual se infere opiniões e teorias. Em conclusão, a presente pesquisa busca dialogar com autoras que expõem estratégias de resistência para que as mulheres possam, assim como Pequena Flor no conto de Clarice Lispector, tornarem-se sujeitos em seu espaço no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: análise literária; colonialidade; ambiente acadêmico; relação sujeito-objeto.

ABSTRACT

The short story “A Menor Mulher do Mundo”, written by Clarice Lispector, presents the contact of a woman, member of an unknown tribe, and a researcher trying to observe her as his object of study. The present work aims to investigate the presence of women in the academic context, identify the marks of coloniality present at the structure of knowledge development and seek for the places of resistance found by women to recover the subject status in academia, constructing an analogy with the relationship between Pequena Flor and Marcel Petre, both characters of Lispector’s short story. The method implemented to conduct this analysis is bibliographic review, making use of the concepts of Fractured Locus, coined by Lugones (2014), dialoguing with the concepts of Colonial Difference (Mignolo, 2008) and Coloniality (Quijano, 2005), also finding support on the feminist methodologies of Curiel (2004) and in the subject/object duality observed by Mohanty (1988), intending to find connections between these concepts and the aforementioned analogy. Therefore, this analysis expects to identify, in the narrative and also in the academic structure, the influence of factors such as epistemic privilege, otherness and agency on maintaining the space occupied by women in academia. In conclusion, this work intends to question the position where women are inserted in the knowledge production: if as an active subject of this field or as an object of study of whom opinions and theories are inferred about.

Key-words: Literary analysis; coloniality; academic field; subject-object duality;

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. A Menor Mulher do Mundo	3
3. A Mulher no Ambiente Acadêmico	10
4. A Menor Mulher do Mundo no Ambiente Acadêmico	18
5. Considerações Finais	24
Referências Bibliográficas	25

1. INTRODUÇÃO

O conto “A Menor Mulher do Mundo” integra o livro “Laços de Família” (1960¹), da escritora brasileira Clarice Lispector. Em seu enredo, o narrador relata o encontro entre o pesquisador Marcel Petre e sua nova descoberta: uma mulher negra, calada, de quarenta e cinco centímetros, que está grávida. Em uma analogia à criação da mulher relatada em Gênesis, Marcel Petre apropria-se do ser e nomeia-a “Pequena Flor”. Portanto, assim como a Mulher foi criada por Deus e nomeada pelo Homem, o ser “Pequena Flor” tem a existência refém da percepção do pesquisador acerca dela e passa a, de fato, ser quando é nomeada e categorizada pelo mesmo.

No entanto, o Ser de Pequena Flor não é o mesmo Ser que define Marcel Petre e os outros personagens do conto. A relação estabelecida entre Pequena Flor e Marcel Petre segue a linha tênue entre uma relação criador/criatura e relação colonizador/colonizado no momento em que mais é descoberto acerca da Menor Mulher do Mundo. No conto, “O nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro” (LISPECTOR, C. 2016², pp.195) são as características ressaltadas por Marcel Petre para descrever Pequena Flor. Partindo desse pressuposto, ao ser definida à luz do olhar do pesquisador Marcel Petre, Pequena Flor não está em uma posição de igualdade com o pesquisador por ser desde o início idealizada como a representação do Outro (leia-se ‘exótico’) que contrasta com aquilo que o pesquisador conhece como Eu (leia-se ‘O normal’).

Ao dissertar sobre a ‘mulher do terceiro mundo’ e analisar os discursos inerentes à participação das mesmas em textos acadêmicos, Mohanty (1988) ressalta a posição de objeto (“*Object status*”) dessa mulher, que não assume a posição de sujeito, mas de objeto sob o qual terceiros inferem, classificam ou acerca do qual dados são coletados. O fato de Pequena Flor não ter direito a uma apresentação de si, ser definida desde o início do conto como ‘calada’ (em algum momento lhe foi dada a oportunidade de fala?) e, por consequência, ser vista, rotulada, nomeada e conhecida pelo olhar do colonizador sobre ela, evidencia o discurso de colonialidade presente na relação estabelecida e deixa claro que, na

¹ Ano da primeira publicação/edição do livro.

² A versão do conto utilizada para análise neste trabalho encontra-se na coletânea “Todos os Contos” (2016), portanto esse será o ano utilizado para referência da obra.

perspectiva do colonizador, Menor Mulher do Mundo não é considerada o sujeito de sua própria história (nem mesmo do conto, que é nomeado pelo título/definição que ela recebe do colonizador, sendo possível questionar seu protagonismo no mesmo por conta do tempo em que, de fato, ela tem alguma ação na história).

No entanto, o clímax do conto ocorre quando Pequena Flor encontra um espaço e local de fala na narrativa. O riso de Pequena Flor, ao ser analisada pelo pesquisador, desconcerta Marcel Petre e, através dessa brecha, a narrativa passa a mostrar como a Menor Mulher do Mundo vê aquela situação: “A própria coisa rara estava tendo a inefável sensação de ainda não ter sido comida. (...) Não ser devorado é o sentimento mais perfeito. Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida.” (LISPECTOR, C. 2016, pp.199). Em relação ao apreço de Pequena Flor pela sobrevivência, percebido ao enfatizar a importância de não ser comida, Atwood (1982) escreve que homens se sentem ameaçados por mulheres pelo medo de que elas riam deles, enquanto mulheres se sentem ameaçadas por homens pelo medo de serem mortas, evidenciando uma diferença existente entre as realidades dos gêneros (ATWOOD, M. 1982, pp. 413). O momento em que Marcel Petre percebe que o objeto sob o qual ele acreditava possuir tem poder de ação e é integrante de uma realidade que está à parte da sua propicia que Pequena Flor conquiste espaço na narrativa para mostrar sua própria realidade. O riso de Pequena Flor dá origem ao que Lugones (2010) nomeia Lócus Fraturado e evidencia o que a autora, dialogando com Mignolo (2000), coloca como Diferença Colonial, sendo o momento/espço que, em uma relação onde opera o discurso da Colonialidade de Poder, duas culturas percebem seus contrastes. Sendo assim, é através da posição de enunciativa que Pequena Flor adquire por meio do riso que o leitor é apresentado a uma realidade além da apresentada por Marcel Petre: a realidade de uma mulher que busca por sobrevivência e conquista.

Análogo a isso, a posição da mulher no ambiente acadêmico e no contexto de produção de conhecimento também recebe influência dos discursos de colonialidade de ser, poder e saber, cujas ramificações são detalhadas no trabalho de Quijano (2005) e retomadas por Lugones (2008). Bezerra (2010) ressalta que a entrada das mulheres na Universidade ocorreu primeiramente nos Estados Unidos, em 1837, e, no Brasil, essa participação no ensino superior apenas se tornou evidente no ano de 1970, em consequência da expansão das universidades no país (BEZERRA, N.

2010, pp. 4). Dessa forma, considerando recente a participação da mulher no ambiente acadêmico e no âmbito de produção intelectual, ambos previamente considerados de privilégio masculino, são notáveis os discursos de colonialidade também masculinos e eurocêtricos: de ser, quando sua produção intelectual deve adequar-se aos padrões ‘universais’ de racionalidade institucional da academia, a fim de adquirir legitimidade e ser considerado um conhecimento válido (KRABBE, J. 2011. Citado por: SANTOS, E. 2018, pp. 39); de poder, quando o papel de gênero atribuído a essas mulheres é carregado de limitações dicotômicas que visam reafirmar o status de inferioridade que acompanha o gênero mulher (LUGONES, M. 2008, pp. 82); de saber, quando a existência de um privilégio epistêmico insere o gênero mulher em uma condição subalterna, limitando-a a posição de objeto de conhecimento e não sujeito (CURIEL, O. 2014, pp. 153). Além disso, Rich (1972) disserta acerca de como a escrita feminina é restringida e só é legitimada quando segue os padrões idealizados do cânone da literatura e quando reforça os ideais masculinos do que uma mulher deve ser, sentir e escrever sobre. Portanto, utilizando o questionamento de Spivak (2010), o subalterno (nesse caso, as mulheres no ambiente acadêmico) pode, de fato, falar quando está sujeito aos fatores citados?

Em síntese, o presente trabalho busca, por meio de pesquisa bibliográfica e análise literária, identificar os discursos de colonialidade presentes na narrativa de Clarice Lispector e fazer uma leitura do conto a construir uma analogia entre *A Menor Mulher do Mundo* e os espaços ocupados por mulheres na produção de conhecimento, a fim de entender o discurso predominante, identificar os fatores que o endossam e questionar sua construção/consolidação.

2. A MENOR MULHER DO MUNDO

O conto “A Menor Mulher do Mundo” inicia-se com a informação do local em que o primeiro núcleo história irá se passar – as profundezas da África Equatorial. Kahn (2007), ao tratar do espaço no conto, divide-o em espaço externo (a selva africana e onde o encontro entre Marcel e Pequena Flor ocorre), o espaço interno (os lares dos leitores do jornal) e o espaço virtual do jornal que intermedia os dois. Para a presente análise, será considerado apenas o espaço externo do conto, visto

que o objetivo em questão é analisar a interação/relação de Marcel Petre e Pequena Flor.

Sendo assim, o conto inicia-se com a descrição do primeiro personagem apresentado à trama: Marcel Petre. Descrito como “*O explorador francês [...], caçador e homem do mundo*”, o pesquisador inicia o conto encontrando uma tribo de “*pigmeus de uma pequenez surpreendente*” e sendo informado de que há um povo ainda menor. Ao prosseguir pela floresta, Marcel sai em busca dos menores pigmeus do mundo e descobre-os na região do Congo Central, encontrando dentre eles o que virá a ser sua maior descoberta:

“[...] Marcel Pretre defrontou-se com uma mulher de quarenta e cinco centímetros, madura, negra, calada. “Escura como um macaco”, informaria ele à imprensa, e que vivia no topo de uma árvore com seu pequeno concubino. [...] Ali estava em pé, portanto, a menor mulher do mundo.” (LISPECTOR, C. 2016, pp.193)

Primeiramente, ao colocar em comparação as descrições de Marcel Petre – Homem do mundo – e da pigmeia – Menor Mulher do Mundo –, é possível questionar qual o papel que cada um deles executa nesse “mundo” do qual ambos fazem parte. Ao observar a pigmeia, é relatado que Marcel sente uma “[...] *necessidade imediata de ordem, e de dar nome ao que existe*” (LISPECTOR, 2016, pp.193) e, seguindo esse instinto, “apelidou-a de Pequena Flor” (LISPECTOR, C. 2014, pp. 193-194). O ato do pesquisador de “dar nome ao que existe” pode ser visto como uma alusão à criação em Gênesis, na qual Deus encarrega o Homem de nomear as almas viventes.

“Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todo o animal do campo, e toda a ave dos céus, os trouxe a Adão, para este ver como lhes chamaria; e tudo o que Adão chamou a toda a alma vivente, esse foi o seu nome.” (BÍBLIA, Gn, 2, 19)

Sendo assim, essa “necessidade imediata de ordem” remete ao papel bíblico original do homem, que pode ser descrito como o de ordenar, nomear, administrar e, de certa forma, dominar. Portanto, como consequência desse papel atribuído ao homem por meio de ordem divina na bibliografia cristã surge a ideia de autoridade e domínio do homem sobre as áreas de atuação do mesmo, senso comum que ecoa até os dias atuais nas estruturas familiares, trabalhistas e na própria produção de conhecimento, ocupando uma posição de poder cujas faculdades permitem-lhe nomear, caracterizar e construir o mundo através de sua perspectiva.

Além disso, Kahn (2007), ao analisar a perspectiva imperialista do conto de Lispector, disserta sobre como a escolha da África para cenário do conto é relevante para situar a posição de Marcel Petre na relação colonizador/colonizado. A autora coloca a expedição do pesquisador e o objetivo científico da viagem como fator essencial para a manutenção da relação que se estabelece entre Marcel e Pequena Flor, pois apesar da mudança do objetivo das expedições – passando de comercial para científico -, a África permanece como o ponto de barbárie em contraste a Europa civilizada. Dessa forma, Pequena Flor e sua tribo permanecem como o Outro a serviço das ações de um colonizador, indicando que, apesar da mudança de objetivo, a dinâmica do poder na relação colonial não sofreu alterações.

Portanto, a posição que Marcel Petre assume como “homem do mundo” é a de sujeito desse mundo em questão, parte operante em sua construção. Prova do valor que Marcel tem como sujeito desse mundo é a validade que o status de Pequena Flor como menor mulher do mundo recebe após constatação de Marcel Petre. No início do conto, Marcel se surpreende com a pequenez de outra tribo de pigmeus até encontrar Pequena Flor e sua tribo. Considerando que tanto a tribo, quanto Pequena Flor, são adjetivados como os “menores do mundo” a partir da percepção de Marcel a respeito deles, fica evidente que o Homem do Mundo é quem possui voz para dizer o que é ou não é nesse mundo.

Ademais, por ser caracterizada como ‘A menor mulher do mundo’ e ser descrita por meio do olhar de outro, Pequena Flor entra em contraste com a figura do pesquisador de três formas: ela é negra, ela é menor e ela é mulher. Categorias construídas para nomear e ordenar esse mesmo mundo e, portanto, categorias que mais uma vez constroem conhecimento a partir da visão de um colonizador eurocêntrico (relação geopolítica percebida a partir do próprio nome do personagem, Marcel Petre), centralizador (o comparativo “menor” só funciona na diferença, a partir da existência do que seria “maior”), branco (se a diferença é o que constrói categorias, para que Pequena Flor seja negra, o sujeito eurocêntrico se coloca na posição de branco) e homem (mais uma vez a diferença reforçando as categorizações, nesse caso, de gênero). Marcel Petre, então, não precisa se descrever; ao descrever seu objeto, ele se coloca em oposição ao que ela é, a partir de sua própria visão de colonizador. Após descobrir mais informações sobre a tribo, é relatado o sentimento do pesquisador acerca da pigmeia.

“Foi, pois, assim que o explorador descobriu, toda em pé e aos seus pés, a coisa humana menor que existe. [...] Foi então que o explorador disse, timidamente e com uma delicadeza de sentimentos de que sua esposa jamais o julgaria capaz:

- Você é Pequena Flor.” (LISPECTOR, C. 2016, pp.195)

Dessa forma, é perceptível como cada característica de Pequena Flor que entra em contraste com a de Marcel Petre propicia que uma relação de poder se estabeleça entre os dois a partir da exaltação/diminuição desses seres reforçada pelo discurso de colonialidade (QUIJANO, 2005). Esse fenômeno, utilizado por Maria Lugones (2010), é conceituado por Walter Mignolo (2000) como “diferença colonial”, sendo esta:

“[A diferença colonial] é, finalmente, a localização tanto física como imaginária onde a colonialidade do poder opera na confrontação entre dois tipos de histórias locais dispostas em diferentes espaços e tempos ao redor do planeta” (MIGNOLO, W. In: LUGONES, M. 2019, pp.383)

Assim, visto que esse contraste entre culturas gera uma hierarquia de poder, a pigmeia é, nessa relação, alocada na posição de menos prestígio. A imagem de Pequena Flor apresentada ao mundo reforça esse local.

“A fotografia de Pequena Flor foi publicada no suplemento colorido dos jornais de domingo, onde coube em tamanho natural. Enrolada num pano, com a barriga em estado adiantado. O nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro.” (LISPECTOR, C. 2016, pp.195)

Portanto, ao sempre ressaltar a cor de Pequena Flor (negra, preta) e os seus traços (nariz chato, olhos fundos, pés espalmados) junto a comparações pejorativas (escura como um macaco; parecia um cachorro), é evidente a superioridade com a qual o pesquisador – e, em seguida, de quem vê a figura da mulher no jornal – vê a si mesmo em uma perspectiva racial. Ao ter sua altura evidenciada e essa característica colocada como algo que foge do normal, Pequena Flor passa a ser definida como objeto de estudo, como aquilo sobre o qual coletam-se dados, inferem-se opiniões e desenvolvem-se análises. Por fim, o ‘ser mulher’ de Pequena Flor não é visto por Marcel em igualdade a outras mulheres, como é demonstrado na diferença entre o modo como que ele fala com a pigmeia e com sua esposa: “[...] com uma delicadeza de sentimentos de que sua esposa jamais o julgaria capaz” (LISPECTOR, C. 2016, pp. 195).

Lugones (2010) disserta sobre o conceito de interseccionalidade - conceito proposto por Crenshaw (1995) -, ressaltando a influência da mesma nas relações de gênero e raça, visto que a intersecção desses dois eixos revelam uma invisibilização maior daqueles que se encontram na intersecção (p. 67). Da mesma forma, por ter as duas características – negra e menor – intrínsecas, Pequena Flor não chega sequer a ser considerada uma ‘Mulher do mundo’ e tão pouco é considerada parte desse mundo, visto que não é considerada parte integrante de uma civilização - com base na ideologia eurocêntrica do que é ser civilizado. Sendo assim, Pequena Flor é categorizada tão somente um ser cuja pequenez merece ser estudada, assumindo, portanto, o lugar de objeto do sujeito que é Marcel Petre.

Em sequência, o espaço externo do conto é retomado - após a divulgação da imagem de Pequena Flor nos jornais e as reações dos leitores à figura de Pequena Flor - por meio do questionamento: “*E a própria coisa rara?*”. É nesse momento que, em dois pontos de vista diferentes, Pequena Flor recebe, de fato, certa notoriedade no conto. Em um primeiro instante, o narrador-observador coloca-a em foco ao dissertar sobre um algo que se passava no coração da pigmeia, sem dar muitos detalhes, e logo voltando o foco narrativo para a ação de Marcel Petre, ação essa que consiste em examinar Pequena Flor.

Em um segundo instante, Pequena Flor não mais recebe espaço por meio da observação de um outro narrador/personagem, ela toma esse espaço por meio de uma ação própria que faz com que o pesquisador, pela primeira vez desde que a conheceu, sinta mal estar: “*É que a menor mulher do mundo estava rindo*” (LISPECTOR, C. 2016, pp.198). Dessa forma, é a partir do mal estar de Marcel Petre, ocasionado pelo riso de Pequena Flor, que, finalmente, o leitor começa a ter uma descrição do que é Pequena Flor – seus sentimentos, seus anseios, sua reação ao que está acontecendo ao redor – através de um ponto de vista não atrelado a visão de um outro.

“A própria coisa rara estava tendo a inefável sensação de ainda não ter sido comida [...] E então ela estava rindo. Era um riso como somente quem não fala, ri. Esse riso, o explorador constrangido não conseguiu classificar.” (LISPECTOR, C. 2016, pp. 199)

Ao serem explicadas as motivações do riso de Pequena Flor, é inicialmente relatado que o objetivo de não ser devorada era algo que dava a pigmeia “o *ágil*

impulso de pular de galho em galho” (LISPECTOR, C. 2016, pp. 198) e, diferente do usual, a energia geralmente utilizada em prol desse impulso estava concentrada em sua própria pequenez e não sendo aplicada em uma ação. Dessa forma, é possível analisar como a própria Pequena Flor ressignifica a sua pequenez no parágrafo citado: na selva, essa característica impulsionava seu instinto de sobrevivência; para o pesquisador-colonizador, essa característica lhe coloca em um lugar de inferioridade, estabelecendo uma relação de poder que lhe dá, como sujeito dessa relação, autoridade para situar Pequena Flor em um local de mero objeto de estudo. No entanto, para Pequena Flor, sua pequenez era, naquele momento, o que lhe tornava uma “coisa rara” para Marcel e, portanto, o que lhe mantinha viva sem precisar se esforçar para sobreviver, sendo conservada tão somente por ser pequena. Sendo assim, uma característica que durante todo o conto foi colocada, por meio de análise alheia, como pejorativa, para a própria Pequena Flor era o que lhe estava possibilitando um momento de tranquilidade no qual ela não estava sendo devorada.

Em um diálogo citado em *“Writing the Male Character”* (1982), Atwood relata que ao perguntar a um colega homem o porquê de os homens sentirem-se ameaçados por mulheres, o mesmo lhe responde que eles têm medo que as mulheres riam deles. Ao questionar estudantes mulheres o porquê de mulheres sentirem-se ameaçadas por homens, as mesmas respondem que mulheres têm medo de serem mortas (ATWOOD, M. 1982. pp.413). Aplicando as respostas de ambos ao contexto do conto, fica evidente o contraste entre aquilo que traz felicidade e aquilo que traz desconforto para Marcel Petre e Pequena Flor: enquanto para o pesquisador a felicidade era advinda de uma nova descoberta e o desconforto do fato de não saber decifrar as ações da mesma, para a pigmeia, a sobrevivência era motivo de alegria, pois o que lhe trazia medo todos os dias era a possibilidade de ser devorada.

Portanto, é por meio de um riso de “como somente quem não fala, ri” (LISPECTOR, C. 2014, que Pequena Flor não somente ressignifica a característica ressaltada nela pelo pesquisador como uma chance de sobrevivência, mas também encontra uma forma de expressar-se apesar de não ter sido dada a voz: ela resiste pelo riso.

Lugones (2010), com base na diferença colonial de Mignolo (2000), traz a ideia de “Lócus Fraturado”, no qual “[...] os *“lados” do lócus estão em tensão, e o próprio conflito informa ativamente a subjetividade do ente colonizado em relação múltipla*” (LUGONES, M. 2019, pp.377). Dessa forma, é por meio do riso que Pequena Flor resiste à estrutura de poder estabelecida pela diferença colonial, fraturando o lócus para obter um espaço próprio na narrativa, sendo esse riso algo tão seu que Marcel Petre não consegue sequer decifrar. Assim, através da resistência é que Pequena Flor se torna sujeito de si, fraturando a estrutura de poder e construindo em seus sentimentos um local em que o pesquisador não consegue retirar sua subjetividade.

“Em segundo lugar, se a própria coisa rara estava rindo, era porque, dentro de sua pequenez, grande escuridão pusera-se em movimento. É que a própria coisa rara sentia o peito morno do que pode se chamar de Amor. Ela amava aquele explorador amarelo. Se soubesse falar e dissesse que o amava, ele inflaria de vaidade. Vaidade que diminuiria quando ela acrescentasse que também amava muito o anel do explorador e que amava muito a bota do explorador” (LISPECTOR, C. 2016, pp. 199).

Em sequência, nas explicações acerca da motivação do riso de Pequena Flor, o narrador escreve que a pigmeia estava sendo tomada por um sentimento em relação ao pesquisador: ela o amava. No entanto, ao detalhar o sentimento, é apresentado ao leitor que Pequena Flor não amava somente o explorador, mas também suas posses – anel e bota.

Ao analisar esse parágrafo, é interessante levar em conta que tanto o anel quanto a bota são símbolos do cargo que Marcel Petre ocupa e também marcas da sua posição na relação de poder estabelecida. As botas são um calçado característico na vestimenta de exploradores que realizam coletas de dados em contato direto com a fauna e o anel é um acessório que possibilita inferir uma condição financeira favorável da parte de quem usa. Sendo assim, interpreta-se que Pequena Flor está interessada não em Marcel Petre como pessoa, visto que só lhe é revelada a faceta de pesquisador do mesmo, e sim na posição que Marcel Petre ocupa em uma estrutura social, posição essa que lhe dá o privilégio de usar as botas e o anel que ela admira.

Essa interpretação é reafirmada nos parágrafos seguintes, quando, ao conseguir entender algumas palavras e sinais da linguagem utilizada na tribo, Marcel Petre começa a fazer perguntas à Pequena Flor e a pigmeia lhe responde com:

“Pequena Flor respondeu-lhe que “sim”. Que era muito bom ter uma árvore para morar, sua, sua mesmo. Pois – e isso ela não disse, mas seus olhos se tornaram tão escuros que o disseram – pois é bom possuir, é bom possuir, é bom possuir.” (LISPECTOR, C. 2016, pp.200)

O pesquisador reage a essa declaração de Pequena Flor com o mesmo desconforto que reagira ao riso da mesma, visto que o anseio de possuir, assim como o riso, pode ser visto como uma forma de resistência à posição a qual ela é alocada em uma estrutura de poder.

Na presente análise, é perceptível que Pequena Flor recebe o status de objeto, incorporando a ideia de “*Object Status*” de Mohanty (1988), que analisa como a mulher de Terceiro Mundo é relegada, nas estruturas de poder, a uma existência passiva, que depende da ação de um Sujeito para ser. Na narrativa, o que atesta a relação com esse conceito é o próprio fato das informações que o leitor tem sobre Pequena Flor serem dadas pela ótica de Marcel Petre.

Sendo assim, é por um breve momento que, ao perceber que a Pigmeia possui anseios comuns aos dele, como o de posse, Marcel Petre percebe sinais de que Pequena Flor não é apenas algo a ser analisado. Ademais, é a partir dessa verbalização de seus desejos que Pequena Flor demonstra agência naquela situação, quebrando com a ideia de passividade do colonizado e explicitando seus ideais.

Dito isso, é possível analisar que a ação de ter desejos próprios, como o de possuir, ou conseguir benefício em uma situação que deveria ser favorável apenas para o sujeito da relação, pois ser a descoberta de Marcel Petre impedia-lhe de ser devorada, são formas de resistência que permitem com que Pequena Flor consiga ir além das barreiras colocadas pela sua posição na relação de poder, possibilitando que, em alguns momentos do conto, ela consiga assumir a posição de, ao menos, sujeito de sua própria realidade.

Em conclusão, ao tomar como base as características presentes em uma relação colonizador/colonizado e como se desenvolve o discurso de colonialidade

(QUIJANO, 2005), é importante salientar como a análise da relação entre Marcel Petre e Pequena Flor no presente conto permite que pequenos atos de resistência, que poderiam passar despercebidos, recebam notoriedade. Evidenciar essas formas de resistência possibilita retirar do Outro o estigma de passivo e conivente com a opressão, a fim de demonstrar que, mesmo quando lhe é negada a voz, o oprimido pode e resiste de outras formas, como, por exemplo, através do riso.

3. A MULHER NO AMBIENTE ACADÊMICO

Ao realizar uma análise da história da Educação Superior no Brasil, é possível afirmar que a inclusão feminina no ambiente acadêmico foi tardia e pode ser considerada recente quando colocada ao lado da chegada das instituições de ensino superior no Brasil, dada em 1808 (NEVES; MARTINS, 2016, pp.96). Dessa forma, cabe analisar como se deu esse avanço das mulheres na educação.

A trajetória educacional da mulher no Brasil se inicia na primeira metade do século XIX, de acordo com Beltrão e Alves (2009). No entanto, em contraste com a educação masculina, que visava o acesso às áreas de Medicina, Engenharia e Direito, o objetivo para educar as mulheres era diferente:

“Ao sexo feminino cabia, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários.” (BELTRÃO; ALVES. 2009. pp. 4)

Dessa forma, é possível argumentar que, ainda que a mulher tenha recebido direito à educação, essa especialização, quando direcionada à mulher, era nada mais que uma ramificação do que acreditava-se ser o seu papel social: tornar-se uma dama da sociedade, com dotes de esposa e dona de casa, ou uma extensão do exercício do “instinto maternal” ao instruir crianças no magistério.

Em sequência, Beltrão e Alves (2009) pontuam que, no Brasil, o ingresso da primeira mulher na universidade ocorreu apenas em 1887, sendo que mulheres foram autorizadas a frequentar um curso superior no ano de 1881, direito concedido pelo decreto imperial de Dom Pedro II. Os autores também pontuam que é somente em 1961, com a equivalência de todos os cursos de grau médio pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que as mulheres passam a poder

concorrer nos vestibulares. Sendo assim, cabe inferir que, em contraste com a vivência masculina na academia - que ocorre desde a fundação das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) e que, por consequência, molda as bases da academia -, a própria concessão dada às mulheres para frequentar o ambiente de ensino superior ressalta que essa presença é uma exceção à regra inicial, pois, de acordo com Bezerra (2010):

“Os homens eram educados para serem principalmente advogados e médicos, enquanto que às mulheres era ensinado apenas às prendas domésticas que eram importantes para encontrarem o destino a qual as mulheres eram destinadas: o casamento.” (BEZERRA, 2010, pp. 2)

Sendo assim, visto que a formação superior e uma educação voltada para aspectos intelectuais não era considerada uma necessidade feminina, mas algo que apenas homens, com sua habilidade lógica e racional, eram capazes de realizar, é natural que o símbolo da intelectualidade - um título acadêmico - e o ambiente que o propicia - as universidades - sejam moldados e favoreçam seu público alvo primário.

Ademais, é importante ressaltar que, a partir da possibilidade de ingresso nas IES, o número de mulheres nessas instituições vem se mostrando em constante ascensão. Os Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil (2ª edição) do IBGE, realizado em 2019, apontam que 25,6% das mulheres entrevistadas - sendo 37,4% das mulheres brancas e 17,0% das mulheres pretas e pardas - concluíram o ensino superior (IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2019.), porcentagem mais alta do que os indicativos masculinos - 18,3% dos homens, sendo 28,7% dos homens brancos e 11,4% dos homens pretos ou pardos. Assim, os números demonstram que, com o passar dos anos, a presença da mulher vem sendo significativa nas instituições de ensino superior. No entanto, ao analisar como esses dados estão distribuídos, alguns padrões vêm à tona. Em primeiro lugar, é necessário analisar os dados do IBGE (2019) na tabela “Proporção de mulheres entre os estudantes matriculados e entre os estudantes concluintes em cursos de graduação, segundo áreas”. Para melhor visualização, os dados pertinentes para o presente trabalho foram separados em duas tabelas: A “Tabela 1” diz respeito às áreas de conhecimento com maior porcentagem de mulheres e a “Tabela 2” diz respeito às áreas de conhecimento com menor porcentagem de mulheres.

TABELA 1	
Área de conhecimento	Porcentagem de mulheres
Bem Estar	88,3%
Serviços Pessoais	77,9%
Saúde (Exceto Medicina)	73,2%
Ciências Sociais e Comportamentais	70,4%
Veterinária	68,5%
Línguas	68,9%
Educação	65,6%

Fonte: MEC/Inep. Microdados do Censo do Ensino Superior, 2019.

TABELA 2	
Área de conhecimento	Porcentagem de mulheres
Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação	13,3%
Serviços de Segurança	15,3%
Serviços de Transporte	18,9%
Engenharias e profissões correlatas	21,6%
Programas Interdisciplinares de Computação e TDIC	24,2%
Programas Interdisciplinares de Ciências Naturais, Matemática e Estatística	32,7%
Matemática e Estatística	32,7%

Fonte: MEC/Inep. Microdados do Censo do Ensino Superior, 2019.

Em relação a essa segregação por áreas, o estereótipo recebido pelas respectivas é, em parte, responsável pela propensão a ter mais ou menos estudantes mulheres ou homens nessas áreas. De acordo com Botassio, Pessoa e Vaz (2021), a concentração das mulheres em cursos relacionados a cuidado e educação refletem o estereótipo feminino e moldam as relações de trabalho, visto que as mulheres são geralmente alocadas em profissões que refletem as “características femininas” de cuidado da família e do lar, essas também sendo consideradas áreas de menos prestígio na academia por seus métodos não

enquadrarem no padrão científico universal (BOTASSIO, D; PESSOA, M; VAZ, D. 2021, pp. 4) .

Além disso, a própria ideia de que cursos derivados das primeiras formações disponibilizadas no Ensino Superior, como a engenharia e a medicina, são cursos considerados difíceis - por exigirem um raciocínio lógico e possuírem um apelo à racionalidade - contribui para que os cursos de linguagens e ciências humanas sejam sua antítese, considerados cursos de fácil acesso e, portanto, desvalorizados. Como consequência, é possível observar a alta presença de mulheres na área de Bem Estar em contraste com a baixa porcentagem nos cursos de Tecnologias da Informação e Comunicação.

Adicional a isso, ao evidenciar os dados nas áreas de línguas e educação em contraste aos dados nas ciências exatas, cabe retomar a análise que Bezerra, Giraldo e Silva (2022) fazem acerca da trajetória feminina na educação ao considerar os critérios da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que exclui da atividade das mestras noções de geometria e limita o aprendizado das mulheres às quatro operações aritméticas (BEZERRA; GIRALDO; SILVA. 2022. pp. 69). Os autores ressaltam que esse afastamento imposto às mulheres em relação às ciências exatas é um dos fatores que reforçam o estereótipo de que as “áreas duras” (*Hard Skills*) são de aptidão masculina, o que reforça a porcentagem baixa de mulheres nessas áreas.

Portanto, é possível inferir que, mesmo com o aumento da presença de mulheres no ambiente acadêmico com o passar dos anos, algumas áreas da academia - em sua maioria, áreas consideradas essencialmente masculinas - permanecem, de certa forma, não acessíveis a elas. Essa divisão atesta a ideia de que, ainda que as mulheres tenham conquistado o acesso à academia, o público que molda a dinâmica desse ambiente permanece o mesmo.

Trazendo a análise dos dados acima para uma perspectiva decolonial, o conceito de Colonialidade de Poder na Modernidade, dissertado por Quijano (2005) e retomado por Lugones (2008), é pertinente para explicitar a dinâmica de poder entre gêneros nos espaços acadêmicos.

Para uma melhor contextualização do tema, cabe evidenciar que o termo Colonialidade diz respeito a um sistema de poder mantido por classificações dicotômicas que foram estabelecidas a partir de um ideal europeu e colonial.

“Uso o termo colonialidade para nomear não apenas uma forma de classificar pessoas através de uma colonialidade do poder e dos gêneros, mas também para pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano.” (LUGONES, M. 2010, pp.374)

Esse binarismo propiciou que, na ótica da colonização, o contraste dessas categorias estabelecessem uma relação de certo/errado, sendo aquelas que pertenciam ao colonizador julgadas superiores e as que pertenciam ao povo colonizado inferiores, ou seja, uma dinâmica de poder. Sendo assim, a colonialidade de poder se estabelece na relação de exploração e domínio liderada por aqueles considerados Sujeito da modernidade - que se enquadram nas categorias “superiores” -, enquanto na posição de explorados estão aqueles que apresentam características ditas inferiores, sendo eles uma negação do Sujeito e, portanto, sujeitados à esse.

Adicionalmente, Maldonado-Torres (2007) destaca que o discurso colonial prossegue nas relações sociais contemporâneas e destaca a divisão de Castro-Gómez (2012) entre Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser. Dessa forma, o autor pontua que a Colonialidade do Poder diz respeito às relações de exploração e dominação, a Colonialidade de Saber analisa a hegemonia europeia na produção de conhecimento e a influência disso em regimes de pensamento colonial, e a Colonialidade de Ser refere-se aos impactos da colonização na subjetividade do colonizado.

Além disso, Lugones (2008), ao trazer o conceito de Colonialismo de Gênero, ressalta a importância de considerar a interseccionalidade de raça e gênero ao analisar as raízes do colonialismo.

“Devido à maneira como as categorias são construídas, a intersecção interpreta erroneamente as mulheres de cor. Na intersecção entre “mulher” e “negro” há uma ausência onde deveria estar a mulher negra, precisamente porque nem “mulher” nem “negro” a incluem. A intersecção nos mostra um vazio.” (LUGONES, M. 2008, pp. 67)

A autora defende que não só a categorização por raça, como também o binarismo de gênero influencia a hierarquia de opressão na estrutura colonialista. Dessa forma, a atribuição de gênero ocasiona um “adicional” de opressão, no qual o gênero ‘mulher’, ao ser interseccionado à categoria ‘branco’ ou ‘negro’, passa a ser considerado inferior ou superior em contraste as categorias homem-branco e homem-negro. Portanto, o gênero integra a manutenção da Colonialidade de Poder e sua presença nas interseccionalidades é fator determinante na hierarquia de dominação.

De acordo com essa perspectiva, ao analisar os dados da presença de mulheres na universidade e compará-lo ao binarismo colonialista, é possível perceber que o ambiente acadêmico - assim como as áreas de trabalho, política e qualquer outro espaço que foi concedido à mulher posteriormente - possui essa divisão entre atividades masculinas/femininas e que elas representam uma estrutura de poder que reforça o privilégio e valorização das atividades executadas por homens em contraste a desvalorização e precarização de áreas mais populadas por mulheres.

Além do mais, cabe ressaltar que a produção de estudos que envolvem a participação da mulher ou uma análise da influência feminina no ambiente acadêmico, é, em sua maioria, orquestrada por quem é Sujeito na academia: o público masculino. Um exemplo disso são as próprias estatísticas utilizadas nesse trabalho, retiradas dos “Indicadores sociais das mulheres no Brasil” do IBGE. Voltando aos dados, é possível inferir que as chances de que na equipe de coleta, análise e cálculo desses dados haja um quantitativo de mulheres minimamente equitativo são poucas, e não por algum fator intrínseco que culpe a instituição por isso, mas porque mulheres são minoria nas áreas de estatística e matemática nos cursos de graduação, tornando-as minoria também no exercício da área. No entanto, o estudo foi realizado e o público feminino foi seu objeto de estudo.

Chandra Mohanty (1988) disserta, em sua pesquisa sobre mulheres de terceiro mundo, sobre o “*Object Status*” que aloca essas mulheres em seus espaços de participação. A autora pontua que a concepção de ‘Mulher’ na ótica colonialista é construída por meio de uma suposta passividade das mesmas, colocando-as sempre como vitimizadas, concepção essa que apaga a agência feminina,

subjugando-as à categoria de um Outro objetificado que é refém da ação de um Sujeito para existir.

“Isso resulta na construção de mulheres como um grupo previamente construído, o qual é rotulado como ‘impotente’, ‘explorado’, ‘assediado sexualmente’, etc. pelos discursos feministas científicos, econômicos, legais e sociológicos. (Nota-se uma similaridade ao discurso sexista que rotula mulheres como fracas, emocionais, ansiosas com matemática, etc.)” (MOHANTY, 1988, pp.66. Tradução nossa³.)

Ao retomar os dados apresentados e relacioná-los ao conceito de Mohanty (1988), é perceptível a presença dessa ideia de passividade da mulher no ambiente acadêmico pela própria limitação de ação em certas áreas de atuação, não só nos já explicitados contrastes entre desvalorização/valorização dessas áreas e sua relação com o quantitativo feminino/masculino, mas também na idealização de um ‘ser mulher’, que *“define essas mulheres [de terceiro mundo] como sujeitos de fora das relações sociais, ao invés de analisar a construção da mulher como mulher através dessas estruturas”* (MOHANTY, 1988, pp.80. Tradução nossa⁴.). Assim, é possível perceber como esse *status* de objeto influencia na vivência feminina na academia.

Trazendo essa ideia para as ramificações do Colonialismo entre Poder, Ser e Saber, é pertinente analisar como cada um desses discursos enfraquece a agência feminina no ambiente acadêmico.

Sobre a Colonialidade de Poder, Lugones (2008) coloca que a influência desse discurso nas relações sociais homem/mulher se dá quando a categoria ‘mulher’ é colocada como inferior e todo ser que recebe essa categorização acaba por assumir o local de oprimido. A autora coloca ainda que mulheres negras são mais oprimidas ainda com essa categorização, pois:

“[...] quando ‘atribuídas de gênero’ através da transformação nessas versões, as fêmeas colonizadas receberam o status de inferioridade que acompanha o gênero mulher, mas não receberam nenhum dos privilégios que esse status significava para as mulheres burguesas brancas.” (LUGONES, M. 2018, pp.82)

Na perspectiva da academia, é notável a influência da colonialidade de poder no quantitativo de mulheres em determinadas áreas e a diferença entre a porcentagem de mulheres brancas e negras ou pardas que frequentam ou concluíram o Ensino Superior no Brasil.

³ “This results in an assumption of women as an always-already constituted group, one which has been labelled ‘powerless’, ‘exploited’, ‘sexually harassed’, etc., by feminist scientific, economic, legal and sociological discourses. (Notice that this is quite similar to sexist discourse labelling women as weak, emotional, having math anxiety, etc.)” (MOHANTY, C. 1988, pp. 66)

⁴ “defines thirdworld women as subjects outside of social relations, instead of looking at the way women are constituted as women through these very structures.” (MOHANTY, C. 1988, pp.80)

Já a Colonialidade do Ser relaciona-se diretamente ao que Mohanty (1988) fala sobre a alocação da mulher de terceiro mundo como essencialmente oprimida nas relações de poder. A autora reforça que essa ideia de ‘passividade à vista da opressão’ atribuída a categoria ‘Mulher’ estabelece uma ideia de dependência, sendo a constituição da Mulher refém da ação do Homem, que é aquele que direciona a relação (MOHANTY, 1988, pp.68), restando à mulher o papel de Outro em relação ao Eu masculino.

No contexto da academia, esse discurso é percebido nas evidentes divisões entre mulheres e homens nas áreas de conhecimento. Ao considerar que a mulher não é um ser racional, lógico, com capacidades matemáticas, resta a ela alojar-se nas áreas de conhecimento opostas que ressaltem as características idealizadas como intrínsecas da mulher: o instinto maternal na pedagogia, o cuidado nas áreas de saúde, etc.

Por fim, a Colonialidade do Saber, em seu ideal eurocêntrico de “neutro, objetivo, universal e positivo” é diretamente responsável pelo apagamento da produção de conhecimento feminina. Curiel (2014) disserta sobre a percepção do Outro sempre como objeto da pesquisa, problematizando o fato de que o conhecimento e vivência dessas mulheres “negras, empobrecidas, pobres, indígenas, migrantes do Terceiro Mundo” só se torna pesquisa quando as mesmas são alocadas como objeto de estudo (CURIEL, O. 2014, pp.146).

Além disso, a ideia de conhecimento válido/inválido derivada da Colonialidade do Saber invisibiliza ou modela o conhecimento produzido por mulheres. Adrienne Rich (1972) aponta que a escrita feminina só é legitimada quando segue o ideal de universalidade do cânone e quando reforça os ideais masculinos do que uma mulher deve ser, sentir e escrever sobre. Krabbe (2011), ao questionar os padrões da escrita e produção acadêmica, reforça que os saberes não ocidentais (que não seguem os padrões racionais e institucionais da academia), devem adaptar-se a esses para serem legitimados (KRABBE, J. In: SANTOS, 2018, pp.5). Sendo assim, são perceptíveis os fatores que interferem na produção de conhecimento pelas mulheres e o quanto os padrões da colonialidade de saber são determinantes para que essa produção seja reconhecida ou apagada.

Portanto, conclui-se que o espectro da colonialidade que envolve as bases da academia não torna o ambiente receptivo a presença e atuação da mulher. Até mesmo ao analisar a participação da mulher no ambiente acadêmico, a visão que se está tendo da mulher nesse espaço é de algo extraordinário a ele, de algo que não pertence intrinsecamente. No entanto, apesar das interferências, a presença de mulheres ainda é constante no ambiente acadêmico, por isso, torna-se necessário investigar as estratégias de resistência que viabilizam essa permanência.

4. A MENOR MULHER DO MUNDO NO AMBIENTE ACADÊMICO

Sendo assim, em que ponto a relação entre Pequena Flor e Marcel Petre pode ser usada como uma analogia à história e ao espaço ocupado pela mulher no ambiente acadêmico?

Em primeiro lugar, cabe retomar como as denominações “Menor Mulher do Mundo” e “Pequena Flor”, atribuídas a Pigmeia por parte do Pesquisador, ressaltam o processo de objetificação na relação de poder estabelecida entre os dois, dado por meio da comparação resultante de uma Diferença Colonial (MIGNOLO, 2000). Essa objetificação coloca Pequena Flor em um local de Outro, no momento em que, sendo categorizada como mulher, negra e menor, ela contrasta com todas características de “civilização” do Pesquisador, não sendo sequer considerada alguém, mas algo.

“Nesse instante, Pequena Flor coçou-se onde uma pessoa não se coça. (...) Enrolada num pano, com a barriga em estado adiantado. O nariz chato, a cara preta, os olhos fundos, os pés espalmados. Parecia um cachorro.” (LISPECTOR, C. 2016. pp. 195)

Seguindo essa análise, é possível enxergar na presença feminina nos espaços da academia a mesma ideia de Outro sendo aplicada às áreas de atuação e na própria produção de conhecimento. O aumento das porcentagens de mulheres egressas e concluintes do ensino superior no Brasil, usadas como demonstração de que a igualdade entre os sexos no âmbito intelectual e do trabalho está sendo alcançada, esconde as micro agressões enfrentadas por mulheres em áreas predominantemente masculinas, a violência epistêmica enfrentada por mulheres pobres e de cor e a invisibilização feminina nos cânones, nas referências bibliográficas, no corpo docente dos departamentos universitários e nos próprios trabalhos escritos sobre mulheres.

Além disso, os dados apresentados no Capítulo 3 comprovam uma segregação por áreas baseadas em estereótipos originados de um senso comum sexista - leia-se “áreas de mulher” e “áreas de homem” - que, mesmo após anos da evolução de uma teoria feminista de igualdade e dos feitos significativos de grandes mulheres nas diversas áreas da ciência, continuam regendo as bases da academia.

A escritora bell hooks, em sua obra “Ensinando a transgredir” (2013), relata sobre uma experiência vivida pela mesma enquanto buscava instruir sobre uma pedagogia multicultural, que incluísse a vivência de todas as culturas presentes em sala de aula - independente de classe, raça e gênero. No ensaio citado, a autora reforça que a inclusão sem a reflexão do porquê ela está sendo feita não é efetiva, visto que não questiona a relação de poder que, por épocas, anulou o saber dessas culturas e não explica que é buscando a reparação desse apagamento que essa inclusão é praticada.

“Quando uma professora de inglês, branca, inclui uma obra de Toni Morrison no roteiro do curso, mas fala sobre ela sem fazer nenhuma referência à raça ou à etnia, o que isso significa? [...] É claro que essa pedagogia não questiona as parcialidades estabelecidas pelos cânones convencionais (ou, quem sabe, por todos os cânones).” (HOOKS, B. 2013. pp. 55)

Da mesma forma, a lógica da inclusão aplicada pela autora pode ser utilizada para explicar como a inclusão da mulher no ambiente acadêmico também se deu de forma falha: não questionando os ideais que primeiramente a excluíam do meio intelectual e mantendo uma estrutura de poder que replica estereótipos, restringindo mulheres à áreas que são “extensões de suas faculdades inerentes”. Assim, esse local de Outro ocupado pela mulher no ambiente acadêmico se forma quando, em nenhum momento dessa inclusão, as bases da estrutura acadêmica - mais uma vez, intrinsecamente excludentes em relação às mulheres - moldaram-se para, de fato, incluí-la como parte de um todo. Consequentemente, na relação de poder vigente nesse espaço, essa mulher não é Sujeito na academia, visto que suas ações nesse ambiente passam pela normatização de quem ocupa o local de privilégio (considerar aqui as dificuldades citadas no Parágrafo 3) e acaba, por fim, assumindo o local de Objeto, existindo nesse espaço apenas quando segue o padrão daqueles que são, verdadeiramente, Sujeitos da academia.

Portanto, é por meio da objetificação que sofrem nas relações de poder estabelecidas e por terem sua categorização e atuação reguladas por quem ocupa a

posição de sujeito dessa relação que é possível enxergar a personagem Pequena Flor como uma analogia à mulher no espaço acadêmico.

Em segundo lugar, cabe estabelecer uma relação entre a intersecção mulher/negra/menor de Pequena Flor - como essas características influenciam sua posição na relação de poder colonizador/colonizado - e a violência epistêmica sofrida pelas mulheres negras no ambiente acadêmico.

No conto, o modo como Marcel Petre adjetiva Pequena Flor, reforçando características raciais - “negra, escura e calada” e “o nariz chato, a cara preta, os olhos fundos” - possibilita assumir que o fator racial é determinante da forma como o Pesquisador constrói a categorização da Menor Mulher do Mundo, visto que o ‘Mulher’ usado para Pequena Flor está mais próximo de ‘Fêmea’ (categoria utilizada para animais) do que de ‘Mulher’ de fato.

Acerca disso, Lugones (2008) vai defender que a ideia de gênero do colonizado está relacionada a um conceito de civilidade pautado na visão do colonizador, sendo a raça fator primordial nessa relação, visto que:

“Somente homens e mulheres civilizados são humanos; povos indígenas das Américas e escravos africanos eram classificados como não humanos – animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens.” (LUGONES, M. 2008. pp. 371)

Por fazer parte de uma população de cor colonizada, Pequena Flor sequer é colocada na categoria ‘Mulher’, pois, por conta de sua raça, ela torna-se desumanizada. Sendo assim, cabe afirmar que a raça, em intersecção com o gênero, é um fator determinante para o local que Pequena Flor assume na hierarquia de opressão.

Trazendo isso para a análise da mulher na academia, cabe evidenciar o contraste nas experiências vivenciadas por mulheres brancas e mulheres negras. Ao retomar os dados do IBGE apresentados no capítulo anterior, é possível perceber a discrepância entre as porcentagens de pessoas brancas e pessoas pretas e pardas, sendo as porcentagens da segunda categoria de menor número em ambos os sexos. Associando essa diferença a noção de interseccionalidade trazida por Lugones (2010) e ressaltando sua influência na hierarquia de opressão, cabe afirmar que, no processo de inclusão das mulheres no ambiente acadêmico, as mulheres negras (pretas, pardas, indígenas e etc.) tem suas ações ainda mais restringidas por

conta do fator racial, visto que, segundo Lugones, quando englobadas na categoria ‘mulher’, as mulheres colonizadas não adquiriram os mesmos privilégios das mulheres brancas (LUGONES, M. 2018, pp.82).

Dessa forma, é necessário pontuar que, além do sexismo sofrido por pertencer à categoria “mulher” em um ambiente onde a estrutura privilegia a categoria “homem”, essas mulheres sofrem adicionalmente pela opressão proveniente do racismo institucional, que privilegia a categoria “branco” acima das outras raças. Sendo assim, mulheres negras acabam encontrando mais dificuldade para prosperar no ambiente acadêmico.

Ademais, é comum nas áreas de ciências humanas e sociais que os trabalhos produzidos por mulheres subalternizadas relatando suas vivências sejam analisados com mais rigidez, devido ao princípio de impessoalidade e objetividade da academia. Por conta disso, muitas vezes esses trabalhos não recebem legitimidade como ciência e essas produções e autoras se tornam, conseqüentemente, desvalorizadas. A autora bell hooks (2013) relata sobre como mulheres negras e grupos marginalizados precisam adaptar os seus saberes e vivência ao molde “impessoal e científico” da academia para obterem a chance de validação nesse espaço. Segundo ela:

“Os trabalhos de mulheres de cor e de grupos marginalizados de mulheres brancas (lésbicas e radicais sexuais, por exemplo), especialmente quando escritos num estilo que os torna acessíveis a um público leitor amplo, são frequentemente deslegitimizados nos círculos acadêmicos, mesmo que esses trabalhos possibilitem e promovam a prática feminista. Embora sejam frequentemente roubados pelos próprios indivíduos que estabelecem os padrões críticos restritivos, são esses trabalhos que esses indivíduos mais afirmam não serem teóricos” (HOOKS, B. 2013. pp. 88)

Além disso, ao trazer à tona o fato de que esses mesmos trabalhos recebem legitimidade quando escritos sob a perspectiva de escrita sobre essas mulheres e não por essas mulheres, a autora retoma o ponto levantado por Mohanty, em seu artigo “*Under Western Eyes*” (1988), sobre como a mulher de terceiro mundo apenas tem seus saberes e vivências reconhecidos como ciência quando ela assume a posição de objeto de estudo, sendo validadas as produções escritas sobre essas mulheres e não as escritas por essas mulheres. Dessa forma, a validade dos conhecimentos produzidos por essas mulheres torna-se refém da ação dos Sujeitos da academia, que assumem-nas como um Outro acerca de quem se infere

informações (retomando a ideia de “*Object Status*”), ou da adequação desses conhecimentos à um padrão acadêmico estabelecido pelos mesmos Sujeitos.

Portanto, é possível relacionar a desumanização sofrida por Pequena Flor, proveniente do fator racial, às dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para ocupar um local

Em terceiro lugar, é possível encontrar semelhanças entre o riso utilizado como resistência para Pequena Flor e as estratégias utilizadas pelas mulheres no ambiente acadêmico, visto que, em ambas as situações, a ação representa uma retomada de agência e a chance de contar a história no ponto de vista do oprimido. No conto, ao desconcertar o pesquisador com o riso, Pequena Flor adquire o espaço para compartilhar seus pensamentos, seus anseios e sua visão do pesquisador, mostrando-se como um ser que também reage aos estímulos do meio em que vive e que tem influência direta na construção de sua realidade, não sendo apenas o Outro que Marcel Petre inferiu em suas análises.

Esse movimento, desencadeado pelo riso, que provocou a tensão entre os dois lados da relação de poder estabelecida pela diferença colonial (MIGNOLO, 2000), dá origem ao que Lugones (2008) conceitua como Lócus Fraturado. Esse lócus é construído quando, em meio a situação de opressão, aquele que é visto como Outro se encontra entre o discurso do colonizador e a realidade que vivencia, compreendendo que local possui na ótica do colonizador e, ao mesmo tempo, tentando afirmar sua existência. Essa fratura vai existir na diferença colonial quando o oprimido, conhecendo o discurso do opressor e buscando formas de navegar por esse discurso sem perder a sua subjetividade ou afirmar a sua realidade, desenvolve estratégias de resistência que retiram a ideia de passividade do oprimido e expressam a agência desse como reação às formas de opressão.

Dessa forma, quando Pequena Flor ri, regozijando pelo fato de não estar sendo devorada, ela reconhece que ser analisada pelo Pesquisador e tratada como um espécime raro é o que, naquele momento, está livrando-a dos perigos da selva. É a partir do momento em que Pequena Flor percebe que também há proveito para ela naquela relação que seu espaço na narrativa sobre ela é recuperado e o leitor conhece Pequena Flor pela visão dela mesma. Sendo assim, a percepção desse lócus fraturado, expressa por meio do riso, configura uma ação de resistência à

relação de poder antes estabelecida, na qual o oprimido encontra um local para agir ou reagir nessa relação.

Análogo a isso, as formas de resistência encontradas pelas mulheres para reagir às formas de opressão da academia também partem da ideia de um lócus fraturado, que se origina entre o discurso dominante da academia, com seus estereótipos de opressão à mulher, e a necessidade feminina de efetivar sua inserção e validação nesse local como sujeito intelectual. Essa resistência feminina se dá quando, conhecendo o discurso que permeia o ambiente acadêmico e entendendo o padrão de como esse discurso se consolida, utiliza-se desse conhecimento para denunciar essas formas de opressão e tornar notória a vivência das mulheres na academia por meio de trabalhos desenvolvidos por elas.

A autora bell hooks (2013) traz a ideia de que nenhuma educação é politicamente neutra. Como exemplo, ela traz que “[...] o professor branco do departamento de literatura inglesa que só fala das obras escritas por “grandes homens brancos” está tomando uma decisão política.” (HOOKS, B. 2013. pp. 53). Logo, a escolha dos autores a serem estudados nos currículos universitários e as correntes teóricas utilizadas como base para as pesquisas, assim como a escolha entre evidenciar ou excluir o ponto de vista das minorias no decorrer da história, são decisões políticas que influenciam diretamente na manutenção desse discurso acadêmico. França e Padilha (2013), com base nas ideias de autoras de viés feminista, defendem a necessidade de trazer à reflexão os conceitos e as metodologias utilizadas na produção de conhecimento, buscando evitar a replicação dos padrões de dominação. Sendo assim, o lócus de resistência se constrói na academia quando mulheres, fazendo parte do corpo docente de universidades ou pesquisadoras de suas respectivas áreas de estudo, optam pela escolha de um currículo ou bibliografia na qual os trabalhos de autoras em posição subalternizadas e suas vivências sejam legitimados, questionando nesse processo o porquê desses terem sido, por tanto tempo, ocultos da academia.

Ademais, é necessário que esses trabalhos sejam desenvolvidos por essas mulheres e não trabalhos escritos sobre essas mulheres. Ochy Curiel, em seu artigo “Construindo Metodologias Feministas a partir do Feminismo Decolonial” (2014), vai defender que, por possuírem a experiência e por serem capazes de interpretar sua própria realidade, são essas minorias que devem contar a sua história. Para isso, a autora propõe a metodologia decolonial como estratégia para romper com o ciclo de

violência epistêmica sofrido por grupos sociais minoritários - incluindo mulheres de todas as raças e classes -, o que ela chama de Antropologia da Dominação, buscando “[...] *desvendar as formas, maneiras, estratégias, discursos que definem certos grupos sociais como “outros” e “outras”, a partir de certos lugares de poder e dominação.*” (CURIEL, O. 2014. pp. 159). Dessa forma, a legitimação da produção de mulheres na academia e a valorização dos saberes vivenciados por essas, na forma de sujeito produtor de conhecimento e não apenas objeto a ser analisado, configuram uma estratégia de resistência.

Portanto, o riso de Pequena Flor - ocasionado pela consciência de que ela, utilizando-se do papel de objeto de estudo de Marcel Petre, estava sendo afastada dos perigos da selva e, conseqüentemente, não estava sendo devorada ou tendo que lutar por sobrevivência - pode ser utilizado como analogia para a trajetória da mulher no ambiente acadêmico, pois, conhecendo a estrutura acadêmica e os mecanismos utilizados para a manutenção do discurso patriarcal predominante na mesma, conseguem encontrar meios para exercer sua agência e, visto que “*Não ser devorado é o objetivo secreto de toda uma vida*” (LISPECTOR, C. 2016, pp.199), subsistir no meio acadêmico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

No geral, o presente trabalho objetivou estabelecer uma analogia entre a relação dos personagens do conto “A Menor Mulher do Mundo”, de Clarice Lispector, e a trajetória da mulher na conquista do espaço no ambiente acadêmico. Como resultado, foi possível explicitar essa analogia na análise de fatores como: o discurso de colonialidade como determinante de quem é Sujeito e quem é o Outro nas relações do conto e da academia; a desvalorização de realidades ou conhecimentos de mulheres subalternas como consequência da colonialidade de poder, saber e ser; o exercício da agência por meio de estratégias de resistência desenvolvidas visando a retomada da posição de sujeito de sua história, tanto para Pequena Flor ao apresentar sua realidade ao leitor, quanto para as mulheres subalternas integrantes da academia ao receber legitimação na produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATWOOD, M. **Writing the Male Character**. In: *Second Words: Selected Critical Prose from a Hagey Lecture*. University of Waterloo: 1982;

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D.. **A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 136, p. 125–156, jan. 2009.

BEZERRA, N. **Mulher e Universidade: A Longa e Difícil Luta Contra a Invisibilidade**. Ceará: FECLESC, 2010. Disponível em:
<<http://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/806>>

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. João Ferreira de Almeida (Corrigida e Revisada). Belo Horizonte: Editora Atos, 1994, 1995.

CURIEL, O. **Construindo Metodologias Feministas a partir do Feminismo Decolonial**. In: *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020;

CRENSHAW, K. “**Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**” (1995). In: LUGONES, M. **Colonialidade e Gênero** (2008). In: *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, pp. 59-93;

FRANÇA, T; PADILLA, B. **Epistemologias feministas e mobilidade científica: contribuições para o debate**. *Configurações*, 12, 2013, pp.47-60. Disponível em:
<<https://doi.org/10.4000/configuracoes.2203>>. Acesso em: 02 de outubro de 2023;

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir : A Educação como Prática da Liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil** (2º edição). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2º trimestre, 2019.

KHAN, D. “**A Menor Mulher do Mundo**”, de Clarice Lispector e a **Desmistificação do Discurso da Colonização**. *Ângulo*, 111, 2007, pp. 27-33;

KRABBE, J . **En la realidad: Hacia metodologias de investigación descoloniales** (2011). In: **Pensamentos feministas: reflexões sobre propostas político-teórico-metodológicas descoloniais**. *Controversias Y Concurrencias Latinoamericanas*, Vol.10 - no. 16, 2018, pp. 35-43.

LISPECTOR, C. **A Menor Mulher do Mundo** (1960). In: **Todos os Contos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016. pp.193-200;

LUGONES, M. **Colonialidade e Gênero** (2008). In: **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020, pp. 59-93;

LUGONES, M. **Rumo a um Feminismo Decolonial** (2010). In: **Pensamento Feminista: Conceitos**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, pp. 369-391;

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto**. In: ALCANTARA, R. **PSICOLOGIA E COLONIALIDADE DO SER: a questão da subjetividade**. Cidade Universitária da UFMA: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2017, pp. 7.

MOHANTY, C. **Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses**. Duke University Press. 1984, Vol. 12/13, Vol. 12, no. 3 - Vol. 13, no. 1, pp. 333-358;

NEVES, C; MARTINS, C. **Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente**. In: DWYER et al. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília; Pequim, IPEA; ACSS, 2016, pp. 95-124.

PESSOA, M. F.; VAZ, D. V.; BOTASSIO, D. C.. **Viés de Gênero na escolha profissional no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v. 51, p. e08400, 2021.

RICH, A. **When We Dead Awaken: Writing as Re-Vision**. National Council of Teachers of English. 1972, Vol. 34, No. 1, pp. 18-30;

SPIVAK, G. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.